



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

Conselho Nacional da FENPROF

Resolução

Ao longo do atípico ano de 2020, marcado pelas consequências da pandemia, arrastou-se o já longo bloqueio negocial imposto na Educação, principalmente a partir do final de 2018, acentuando-se depois de o Primeiro-Ministro ter ameaçado com a demissão do governo, em maio de 2019, caso o tempo de serviço dos docentes do continente fosse integralmente contabilizado. Os problemas acumularam-se, arrastaram-se e agravaram-se, com impacto negativo na vida dos professores, na organização das escolas e nas condições proporcionadas aos alunos.

De então para cá, o Ministério recusou abrir qualquer processo de diálogo ou de negociação sobre os principais dossiês que a FENPROF apresentou como prioritários: melhoria das condições de trabalho, recomposição da carreira docente, revisão do regime de concursos, combate à precariedade, regime específico de aposentação, criação de condições que garantam atratividade à profissão docente, organização do ano letivo, saúde e segurança no local de trabalho, incluindo segurança sanitária, entre outros aspetos que são objeto de negociação coletiva.

Com o objetivo de iniciar os indispensáveis processos negociais e respeitando os procedimentos legalmente estabelecidos na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), a FENPROF apresentou, por diversas vezes, propostas negociais fundamentadas, mas os responsáveis do Ministério da Educação mostraram-se sempre indisponíveis para negociar, não dando início, como estavam obrigados, a qualquer negociação. O bloqueio foi imposto pelo silêncio e, uma única vez, por um simples email informando que o ministro não considerava oportuno abrir qualquer processo negocial.

Confrontado na Assembleia da República com esta postura antidemocrática, Tiago Brandão Rodrigues garantia que os sindicatos eram ouvidos, mentira que repetiu em diversos momentos e iniciativas, incluindo internacionais.

Ao mesmo tempo que apresentava propostas negociais concretas, devidamente fundamentadas, a FENPROF promovia os mais variados atos de protesto e exigência, quer no plano institucional, em particular junto do Primeiro-Ministro e da Assembleia da República, quer no plano da ação e da luta reivindicativas. Neste âmbito, destacam-se, no período mais recente, a Ação Nacional de Luta, em 24 de abril, e os protestos junto às reuniões do Conselho de Ministros realizadas nas quatro quintas-feiras de maio.

Aos problemas antes identificados junta-se a municipalização da Educação, cuja generalização deverá ter lugar em 2022. Seguir esse caminho seria um erro que, a ser cometido, acarretaria prejuízos de difícil reversão, mais grave ainda por a gestão das escolas ter perdido qualquer laivo de democracia, com o regime imposto em 2008 por Lurdes Rodrigues. Como confirmámos há dias, este regime de gestão conta com o apoio do atual

governo, do PS, da direita e da extrema-direita, o que ficou visível, recentemente, quando a petição apresentada pela FENPROF, em defesa da gestão democrática, foi debatida em sessão plenária no Parlamento. Sendo este um ano em que se realizarão eleições autárquicas, justifica-se o aumento da pressão e da luta contra um caminho que potencializa o agravamento de desigualdades e assimetrias e constitui um forte atentado à igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar e educativo das crianças e dos jovens.

Face à situação descrita, o Conselho Nacional da FENPROF, reunido em 28 e 29 de maio de 2021, decide:

- Apelar aos Sindicatos de Professores que, na sua ação, deem prioridade ao contacto direto com os professores, nas escolas;
- Promover, ao longo do mês de junho, uma ampla campanha de trabalho nas escolas, com a realização de reuniões, plenários e outro tipo de contactos diretos com os docentes, reorganizando os núcleos sindicais, criando condições para a eleição de delegados, informando, debatendo e decidindo o prosseguimento da ação e da luta reivindicativas, pelo fim do bloqueio negocial na Educação e pela resolução dos problemas. Neste período, a FENPROF:
 - proporá aos professores e educadores a aprovação de moções nas escolas a enviar a Primeiro-Ministro, Ministro da Educação e Grupos Parlamentares, contestando o bloqueio à negociação e reiterando a necessidade de serem aprovadas medidas que defendam a Escola Pública e garantam respeito pelos direitos e condições de trabalho dos seus profissionais;
 - realizará, frente ao Ministério das Finanças, em junho, uma iniciativa destinada a assinalar o 4.º aniversário da abertura das candidaturas ao PREVPAP, com a presença de docentes e investigadores cujos requerimentos foram deferidos há dois anos, mas ainda aguardam a finalização de um processos que já deveria ter permitido a regularização do respetivo vínculo laboral;
 - organizará em 25 de junho, na Praça do Rossio, a "Feira dos problemas com soluções bloqueadas", com o objetivo de denunciar no espaço público a falta de soluções para os problemas que afetam os professores;
 - poderá, ainda, organizar outras ações de protesto e exigência, designadamente de docentes impedidos de progredir aos 5.º e 7.º escalões, muitos deles penalizados pela aplicação das quotas de avaliação, ou de docentes prejudicados pelas injustiças dos concursos, sejam contratados, candidatos à mobilidade interna ou outros.
- Promover uma concentração junto à Assembleia da República quando se realizar, em sessão plenária, o debate em torno da Petição contra a municipalização da Educação; no mesmo âmbito, realizar um debate (22 de setembro) sobre este tema com convite aos grupos parlamentares;

– Solicitar reuniões a todos os grupos parlamentares, no final do mês de junho, com vista a apresentar o balanço que a FENPROF faz do ano letivo que termina e as propostas que tem para a organização do próximo;

– Solicitar reuniões ao Primeiro-Ministro e à Ministra de Estado e da Presidência para expor o problema do bloqueio negocial e suas consequências, e exigir do governo uma atitude dialogante e aberta à negociação na Educação.

• No que respeita ao **Ensino Superior e Ciência**, a FENPROF continua a identificar um conjunto de problemas cuja resolução tarda, pois, apesar de sucessivos compromissos do ministro, há sempre uma justificação para adiar e protelar a negociação de soluções. É nisso, no estilo, que o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior se distingue do seu homólogo para a Educação: não foge ao diálogo, mas não o torna consequente, raramente passando de palavras a atos, por norma, adiando a apresentação de propostas negociais concretas. De momento, apesar de ainda não se ter concluído o primeiro semestre de 2021, já aponta para o OE de 2022 a possibilidade de dar resposta a alguns problemas que já deveriam ter sido solucionados no passado.

Precariedade, bloqueamento de concursos e progressões na carreira e envelhecimento são alguns dos problemas que afetam docentes e investigadores, não tendo o ministro apresentado quaisquer projetos para que se negociassem soluções. Por exemplo, negociações que, em novembro, ficaram agendadas para o primeiro trimestre de 2021, devendo estar concluídas até março, foram agora, já em maio, adiadas, devendo a apresentação de projetos ter lugar, apenas, em junho, o que veremos se se concretizará.

De entre os projetos que se aguardam, conta-se o que permitirá a negociação de um contrato coletivo de trabalho que estabeleça normas à contratação e ao exercício de atividade docente e de investigação em instituições privadas.

Em reunião recente, foi apresentado um documento designado “Um pacto para o reforço de instituições e carreiras científicas”, o qual aborda algumas das questões que constituem reivindicações antigas da FENPROF. No entanto, na maioria dos casos, as intenções não são claras, dando origem a interpretações diversas, para além de não se prever qualquer calendarização, por exemplo, para a revisão do Estatuto de Carreira de Investigação Científica (ECIC), dos estatutos de carreira no ensino superior público (ECDU e ECPDESP) ou para a revisão das normas de concursos CEEC Institucional e Individual ou do concurso a projetos de IC&DT. O Pacto não é verdadeiramente uma proposta pela sua natureza vaga e não propositiva e como tal não constitui uma base de negociação.

Do ponto de vista das carreiras, apesar do MCTES no OE definir como meta o preenchimento de cerca de 70% de lugares de carreira com estatuto reforçado de estabilidade, até agora o MCTES não indicou como pretende garantir as verbas necessárias à abertura dos concursos e cumprimento pelas IES dos respetivos Estatutos, em vigor desde 2009.

Juntam-se outros problemas relacionados com a natureza, organização e funcionamento das instituições, desde logo o seu financiamento, mas também o modelo de gestão ou o regime fundacional a que algumas aderiram. É com o objetivo de procurar alterar o que atualmente vigora que a FENPROF considera prioritária uma discussão e avaliação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), tal como previsto na lei.

Com vista a pressionar o governo e o MCTES a resolver os problemas pela via da negociação, a FENPROF:

– Continuará a convergir na ação com outras organizações, como aconteceu no âmbito do PREVPAP ou, recentemente, com a ABIC, sempre que se torne necessário denunciar a falta de respostas que constituam soluções sólidas e positivas ou a gravidade de problemas, como o da precariedade ou o bloqueamento das carreiras, bem como a exigir soluções justas, para as quais a FENPROF contribuirá com a apresentação de propostas;

– Privilegiará todas as vias de diálogo, mas reiterando a necessidade de este ser consequente, isto é, dar lugar à abertura de processos negociais efetivos, não se transformando em aparentes e ilusórios momentos de negociação;

– Prosseguirá com a realização de plenários com docentes e investigadores, centrados em problemas concretos, desde logo o da precariedade que continua a afetar fortemente este setor.

• Relativamente ao **Ensino Particular e Cooperativo (EPC)**, os problemas continuam a ser muitos e graves, arrastando-se há anos, tendo-se agudizado a partir do momento em que a CNEF conseguiu que algumas organizações, alegadamente em representação dos trabalhadores docentes e não docentes, subscrevessem consigo um contrato coletivo de trabalho. Esse CCT impôs uma situação salarial e de carreira, bem como horários e outras condições de trabalho, que afastam e discriminam, de uma forma nunca antes verificada, os docentes do ensino privado dos seus colegas das escolas públicas. Tal discriminação está, mesmo, a afastar docentes, alguns com muitos anos de serviço, do ensino particular cooperativo para o público, com os responsáveis da CNEF, por não pretenderem alterar os termos do CCT que vigora, a admitirem contratar pessoas sem a devida qualificação para exercerem a profissão docente.

Se a situação é muito desigual entre docentes do ensino privado e do público, o problema agrava-se quando se trata de docentes de escolas profissionais ou de ensino artístico especializado, onde os problemas com horários e remunerações, na maior parte dos casos, são ainda mais graves.

Apesar de, no setor privado, a falta de democracia se sentir de forma ainda mais forte, dificultando a liberdade sindical, a FENPROF não desistirá de propor, exigir e lutar e continuará a:

- Mobilizar os professores para iniciativas e ações que, em cada momento, se considerem adequadas;

- Recorrer a todos os expedientes legais e a estabelecer todos os contactos institucionais, visando pressionar a CNEF a negociar condições para os docentes do EPC semelhantes às dos professores e educadores das escolas públicas;

- Apoiar os Sindicatos de Professores a prosseguirem os contactos indispensáveis, com o objetivo de celebrar acordos de empresa que prevejam soluções mais favoráveis

aos trabalhadores do que as que estão estabelecidas no CCT assinado pela FNE/UGT e outras organizações;

- Continuará a pugnar pela melhoria das condições remuneratórias e de trabalho dos docentes do setor social, designadamente das IPSS e Misericórdias.

• Para além das ações e lutas antes referidas, **a FENPROF e os seus Sindicatos prosseguirão ativos na reflexão e na reivindicação**, contribuindo para esse objetivo a concretização de outras iniciativas, tais como:

- Prosseguimento do conjunto de ações que visam dar combate efetivo à precariedade, quer no plano geral, quer dos docentes das escolas de ensino artístico, que, depois de recusada a resolução do problema pelo governo, viram, agora, o PS, na Assembleia da República, inviabilizar toda e qualquer solução de vinculação;
- Realização dos seguintes debates, em sistema Webinar:
 - o “Debates de PRR” versando os temas i) 13 de outubro - Ambiente, Clima e Defesa do Planeta e ii) 27 de outubro - Pode a Escola ser digitalizada?;
 - o “Debate Solidário” sobre a situação dos povos palestino e saharauí (8 de julho).
- Promoção de espaços de debate, reflexão e organização da ação e da luta, a concretizar no primeiro período do ano letivo 2021-2022:
 - o Encontro Nacional do 1.º Ciclo do Ensino Básico, em 22 de outubro;
 - o Encontro Nacional da Educação Pré-Escolar;
 - o Encontro Nacional de Docentes do Ensino Artístico Especializado;
- Realização da 3.ª Conferência Nacional de Professores Aposentados no primeiro trimestre de 2022;
- Organização de uma Mostra de estratégias e atividades das escolas no âmbito da inclusão e de outros domínios, em parceria com a Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

Lisboa, 29 de maio de 2021
O Conselho Nacional da FENPROF